

DIMENSÕES DO COTIDIANO AWÁ NO CONTEXTO DE SEDENTARIZAÇÃO

Elizabeth Maria Beserra Coelho

RESUMO

Análise da dinâmica do cotidiano Awá no contexto do processo de sedentarização que estão vivenciando, que os obriga a redefinir sua economia, suas relações sociais e as relações com a natureza. Os Awá falam uma língua classificada no tronco Tupi, família Guaraní (RODRIGUES, 1986) e habitam terras indígenas localizadas no Estado do Maranhão / Brasil. A abordagem aqui apresentada baseia-se em observações realizadas de 2005 a 2009, em aldeia próxima ao Posto Indígena Juriti, local que reúne aqueles com menos tempo de contato com o “mundo de fora”, onde não ocorrem processos de escolarização.

PALAVRAS-CHAVE

Cotidiano. Sedentarização. *Awá*.

ABSTRACT

Analyses of the Awá quotidian dynamics in the process of sedentary, that they are living. This process forces the Awá to re-define their economics, their social relationships and their relations with the nature. The Awá speaks a language classified in the tupi lineage family (RODRIGUES, 1986) and inhabit indigenous lands placed at the Maranhão State-Brasil. This analysis is based on observations performed from 2005 until 2009, placed on the aldeia next to the Indian Post Called Juriti.

KEYWORDS

Quotidian. Sedentary. *Awá*.

1 Introdução

O contato oficial do Estado brasileiro com os *Awá* ocorreu por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1973, que instituiu as chamadas Frentes de Atração, instância administrativa utilizada para estabelecer contatos com povos indígenas denominados arredios. No caso dos *Awá*, essas frentes foram, posteriormente, transformadas em Postos Indígenas que vêm estabelecendo um processo de sedentarização (GOMES; MEIRELLES, 2002). Esse contato direciona o atual processo de territorialização (OLIVEIRA, 1999) vivenciado por esse povo.

Os *Awá* são falantes de uma língua classificada no tronco Tupi, família Guarani (RODRIGUES, 1986) e habitam terras indígenas localizadas no Estado do Maranhão / Brasil. Em decorrência do processo de sedentarização ao qual estão sendo submetidos, vivenciam intensas mudanças em seu cotidiano. Como os demais povos de língua tupi-guarani, possuem uma estrutura social flexível, que os permite se adaptar às

mais diversas situações. Conforme aponta Viveiros de Castro (1986, p.108):

A estrutura social Tupi-Guarani se mostra capaz de realizações superficiais muito diversas, em termos de organização social concreta; ela resiste a situações demográficas e ecológicas radicalmente diferentes, é capaz de “absorver” traços morfológicos prevaletentes nas regiões em que se efetua, e de transferir funções básicas de uma instituição para outra. Isso significa, creio que se possa dizê-lo, uma baixa especialização da estrutura social, capaz de reproduzir tanto na periferia da cidade de S. Paulo (Guarani) quanto no Oiapoque.

A dinâmica de atração e fixação dos *Awá* em Postos Indígenas tem implicado em novos arranjos territoriais, sociais e alimentares. O quadro a seguir indica onde os *Awá* encontram-se, incluindo-se aqueles que perambulam em terra indígena demarcada, mas não contactados pela FUNAI. Cabe situar que há informações da existência de alguns grupos *Awá* perambulando em áreas não demarcadas como indígenas.

Quadro 1 – Terras Indígenas onde vivem os *Awá*

Terra indígena	Extensão da área(ha)	Povos	Posto Indígena
Alto Turiaçu	530.525	<i>Awá</i> , <i>Tentehar</i> e <i>Ka'apor</i>	Guajá ¹
Caru	172.667	<i>Awá</i> e <i>Tentehar</i>	<i>Tiracambú</i> e <i>Awá</i>
<i>Awá</i>	116.582	<i>Awá</i>	Juriti
Araribóia	413.288	<i>Tentehar</i> e <i>Awá</i>	Sem contato

1. Os *Awá* são designados pelos de fora como Guajá.

Todas as expedições de atração dos *Awá* foram realizadas pela FUNAI. A primeira, em 1973, reuniu 56 pessoas, das quais, em 1980, restavam apenas 26. Foram acometidos por doenças, especialmente respiratórias, além de malária. (GOMES, M. 1996). Foram instalados na Terra Indígena Alto Turiaçu, nas proximidades das margens do rio de mesmo nome. Neste local foi instalado o Posto Indígena Guajá.

A Terra Indígena Alto Turiaçu tem 530.525 hectares, sendo a maior Terra indígena do Maranhão. Está localizada nas bacias dos rios Turiaçu e Gurupi, nos municípios de Carutapera, Cândido Mendes, Monção e Turiaçu. Esta terra limita-se ao norte e nordeste com as terras do núcleo de colonização da Companhia de Colonização do Nordeste, de onde frequentemente surgem invasões por parte dos camponeses que tiveram suas terras devastadas. Nos limites leste e sul, encontram-se vários povoados que também constituem focos de penetração na área, abrindo clareiras para roças. Com a ocupação, em 1970, de uma faixa de terra para colonização, fruto de acordo entre FUNAI e SUDENE, a Terra Alto Turiaçu ficou localizada entre os rios Gurupi, ao oeste, Turiaçu, ao leste e Gurupiúna e Maracaçumé, ao norte.

Até 1976, essa terra formava, juntamente com a Terra Indígena Caru, uma única reserva, contendo aproximadamente cerca de 845.000 hectares. Foi por essa ocasião que a FUNAI permitiu a divisão dessa área em duas: Caru, com cerca de 172.667 hectares e a Alto Turiaçu, com 530.525 hectares, ficando de fora cerca de 160.000 hectares de terras indígenas ocupados, atualmente, por vários povoados e fazendas. Essa Terra está demarcada desde 1978. Embora demarcada, as invasões não deixaram de ocorrer. A terra indígena Caru

foi demarcada para a posse permanente dos povos indígenas *Tenetehara* / Guajajara e *Awá* / Guajá, tal como descrito na Portaria 1368, do Presidente da FUNAI, publicada no diário oficial da União, de 16 de setembro de 1982.

É importante ressaltar que, de início, a Terra indígena Caru, assim como a Terra indígena Alto Turiaçu, eram parte da Reserva Florestal do Gurupi, criada pelo Decreto 51026, de 25 de julho de 1961, do presidente Jânio Quadros. No artigo 4º desse Decreto está posto:

“Dentro do polígono constituído da Reserva Florestal, serão respeitadas as terras do índio, de forma a preservar as populações aborígenes, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor, bem como os princípios de proteção e assistência aos silvícolas, adotados pelo serviço de proteção aos índios”.

Em 1977, as duas áreas foram separadas, criando-se um corredor entre elas, no qual se instalaram posseiros e povoados.

O segundo grupo *Awá* contatado foi instalado na terra indígena Carú, onde foi criado o posto indígena *Awá*. Outros grupos contatados foram instalados no mesmo local, constituindo a maior aldeia. Em 1994 parte de seus moradores foi transferida para novo posto indígena, o posto Tiracambu, na mesma terra indígena.

O terceiro grupo com o qual a FUNAI estabeleceu contato, em 1989, tinha 22 pessoas, reduzidas a 15 em poucos anos. Esses *Awá* foram instalados numa área projetada para ser demarcada como Terra Indígena *Awá*. Passaram a ser atendidos pelo Posto Indígena Juriti (GOMES, 1996). A Terra *Awá*, portanto, foi definida em 118.000 hectares e demarcada em 2005, mas os

invasores que nela se encontravam ainda não foram retirados. Somente em 2012 foi publicada a decisão da Sexta Câmara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando que a União e a FUNAI promovam o registro da área demarcada na Terra Indígena Awá-Guajá em cartório imobiliário e na Secretaria do Patrimônio do Ministério da Fazenda. A decisão da Sexta Turma também determina que, em um ano (a contar da intimação da decisão), seja realizada a remoção de todos os não-índios que se encontram no interior da terra demarcada, bem como o desfazimento das construções

edificadas no perímetro da Portaria 373/92, da FUNAI. Essa decisão respondia a apelação interposta pela Agropecuária Alto Turiaçu LTDA e demais pessoas que se julgavam prejudicadas pela demarcação da terra indígena Awá-Guajá.

O mapa a seguir indica o fluxo dos deslocamentos *Awá*, tal como costumava ocorrer no tempo em que praticavam o nomadismo e que serviu de orientação para o processo de demarcação da terra indígena *Awá*. Conforme pode ser observado, essa terra foi demarcada no espaço entre as terras indígenas Caru e Alto Turiaçu.

Figura 1. Mapa das terras indígenas onde vivem os Awá.



A demarcação das terras não tem sido suficiente para assegurar aos *Awá* segurança em seus deslocamentos. As terras indígenas sofrem permanentes invasões de madeireiros, que realizam exploração ilegal e atemorizam os *Awá*, forçando-os a uma sedentarização em áreas cada vez mais reduzidas.

Nesse contexto, os *Awá* têm reorganizado sua vivência em processos de “*captura*” *sócio simbólica* (BRUCE e RAMOS, 2002), que implicam na requalificação do seu dia a dia, assim como do tipo de moradia, que assume uma estrutura mais estável, e das relações que estabelecem entre si. A variação no tempo de contato dos vários grupos já aldeados configura algumas diferenciações na forma como vão interpretando o novo *modus vivendi*.

A abordagem do cotidiano *Awá*, aqui apresentada, baseia-se em observações realizadas na aldeia próxima ao Posto Indígena Juriti, local que reúne aqueles com menos tempo de contato com o “mundo de fora” e onde não ocorrem processos de escolarização, que implicam na introdução de estratégias educativas exógenas.

A ausência da instituição escolar configura um campo privilegiado para a compreensão da dinâmica social de um povo, que apesar de sofrer grande interferência por parte do Estado devido, principalmente, a questões territoriais e todas as consequências que implicam em seu cotidiano, ainda está fora do processo de escolarização, caracterizado pela formação de indivíduos numa lógica ocidental ou, segundo Lander (2005), na única ordem possível, na perspectiva da sociedade dita moderna. Os *Awá*, ao se reproduzirem socialmente fora desta instituição, constroem um cotidiano que parece se adequar, satisfatoriamente, às suas necessidades, preparando as novas gerações para a vida em sociedade.

Nossa abordagem parte do pressuposto de que os agentes acionam um sistema simbólico que é compartilhado pelos demais membros de uma sociedade e que dá sentido às suas ações. Segundo Geertz (1989), a cultura é a condição de existência dos seres humanos e constrói-se na mediação das relações dos indivíduos entre si, na produção de sentidos e significados.

Na aldeia Juriti vivem quarenta índios que têm contato regular com poucos funcionários da FUNAI e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) desde o final da década de oitenta, quando foi implantado o Posto Indígena Juriti.

2 O cotidiano *Awá*

Os registros mais antigos sobre os *Awá* referem-se a um cotidiano de povo nômade, sem nenhuma forma de cultivo, que se deslocavam fugindo da perseguição de outros povos indígenas.

O relatório do engenheiro Gustavo Dódt (DÓDT, 1939: p.177), contratado em 1873 pelo Presidente da Província do Maranhão, ao descrever o rio Gurupi, assim descreve os “Guajás”:

Andam foragidos em bandos pequenos de 1 a 4 casaes, sem habitação certa e perseguidos por todos os outros índios. Eles vivem na matta mais cerrada, onde no inverno se abrigam da chuva embaixo de algumas folhas e anajá encostadas ao tronco de uma árvore. Naturalmente não têm lavoura alguma e se sustentam só da caça, principalmente de jabotis, e talvez de algumas raízes selváticas.

Mais de meio século depois, Beghin (1957) descrevendo uma expedição a um acampamento *Awá*, ocorrida em 1948, afirma que se alimentavam de peixes, da caça e de jabotis, além do mel de abelhas e das

nozes de palmeiras que coletavam. Acrescenta que não demoravam mais que um ano em um “acampamento”, emigrando de um igarapé a outro, percorrendo distâncias que variavam entre duas e seis léguas. Afirma que dormiam em redes, feitas de fibras, e os homens andavam nus, usando apenas uma corda de fibra que amarrava o prepúcio, cobrindo a glande. As mulheres usavam saias de fibras “grosseiramente” tecidas.

Nimuendajú (1948) refere-se aos “Guajá” como se deslocando, através das florestas entre os rios Capim e Gurupi e entre este último rio e o Pindaré. Afirma que não possuíam agricultura, mas por vezes roubavam produtos das roças dos Tembé, Guajajara e Urubú.² Quando apanhados em flagrante, eram mortos ou aprisionados. Faz referência, também, ao fato de que dormiam em camas de folhas, no chão, e usavam machados de pedra.

Um Decreto do Governo do Estado do Pará, de 1946, reservando uma área de terras no município de Vizeu, para os Timbiras, Urubus e Guajás, confirma a indicação de Gomes e Meireles (2002) de que os *Awá* teriam migrado do Pará para o Maranhão.

Diversos autores (CORMIER 2003; FORLINE 1997; BALÉE 1994, TREECE 1987, O'DWYER 2002, GOMES e MEIRELES 2002, etc.) afirmam que os *Awá* devem ter sido agricultores, até cerca de três séculos, com base no fato de que seu vocabulário conserva termos relacionados à agricultura e plantas cultivadas. A hipótese sustentada por esses autores é de que teriam se tornado nômades para escapar das frentes colonizadoras, que invadiam o estado do Pará, seu

possível território de origem. No entanto, a presença de termos relacionados à agricultura no vocabulário *Awá*, embora constitua um forte indício de um passado agricultor, pode ser decorrente, também, do contato que mantinham com povos agricultores como os *Tentehar*, *Timbiras* e *Ka'apor*, assim como brasileiros que viviam pelas matas e com os quais os *Awá* mantinham contatos esporádicos.

Balée (1992) afirma que os caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul, falantes de línguas tupi-guarani, compartilharam no passado o cultivo intensivo de plantas. Antigos agricultores, ou não, os *Awá* por muito tempo estiveram fugindo das pressões de outros povos indígenas e de frentes de expansão da sociedade brasileira, vivenciando um cotidiano marcado pelos deslocamentos constantes e os necessários arranjos sócio-culturais que sustentassem esse estilo de vida. Atualmente constroem novas estratégias de adaptação a um estilo de vida mais sedentário.

3 Resignificando o cotidiano

A maioria dos *Awá* acorda cedo, ao nascer do sol. Caso tenha sido deixada alguma comida no fogo³ (geralmente carne de caça, como macaco e porcão⁴) durante a noite, esta é distribuída logo no início da manhã, entre todos. Este costuma ser um momento privilegiado para as conversas, quando planejam suas atividades, e, no caso de irem caçar, decidem sobre as rotas a seguir e trocam informações de possíveis locais onde encontrar boas caças. As atividades nem

2. Tembé e Guajajara são termos utilizados pelos não índios para designar os Tentehar do Pará e do Maranhão, respectivamente. Urubú para designar os Ka'apor.

3. O fogo utilizado por eles é a lenha.

4. Tayassutajacu

sempre são exclusivas, estando, em geral, associadas, tais como uma expedição de caça com a coleta.

A maior parte do tempo os *Awá* passam na aldeia. Esse tempo costuma ser distribuído em atividades de capina, quando cortam o mato em torno das casas, no processamento dos alimentos, ou ainda na confecção e manutenção de arcos e flechas e no cuidado com as armas de fogo. Esse tempo também é dedicado ao descanso, quando permanecem nas redes, dormindo ou conversando.

O tempo que os *Awá* do Juriti dedicam às atividades diárias aponta que a caça permanece sendo a atividade mais importante, não apenas no que se refere ao tempo em que permanecem caçando, mas às atividades a ela relacionadas, como a confecção dos instrumentos e sua manutenção. As mulheres também ocupam grande parte do seu tempo com a caça, realizando as tarefas que são de sua competência. A caça ocupa, atualmente, em torno de 30% do tempo *Awá*.

A agricultura tem se colocado como a segunda atividade mais realizada, especialmente considerando o cuidado com a roça, a colheita e o processamento da mandioca, na forma de farinha. Essas atividades ocupam quase 10% do tempo dos *Awá*, em detrimento de parte do tempo antes dedicado à coleta, que hoje não chega a ocupar nem a metade do tempo destinado à agricultura. A farinha antes consumida era produzida a partir do mesocarpo do babaçu, advindo da coleta, agora foi substituída pela farinha de mandioca. Cabe relativizar as informações relativas ao tempo dedicado à coleta por essa atividade, muitas vezes, por ser realizada em combinação com a caça. Nas idas e vindas das expedições de caça, aproveitam para coletar frutos silvestres. A pesca tem a ela dedicado menos tempo do que à coleta,

podendo ser considerada como atividade de pouca importância, com exceção de uma família, a de *Takwarentxiá*, que investe a maioria do seu tempo nessa atividade.

3.1 Preparando a expedição de caça

Antes da saída para a caçada, geralmente ocorre a preparação das armas que serão utilizadas para capturar os animais, sejam o arco, as flechas, ou a espingarda e sua respectiva munição.

No arco é verificada sua flexibilidade e a do fio, que é amarrado nas suas extremidades, de modo que alcance um bom lançamento da flecha. Costumam puxar o fio do arco em direção ao rosto e dirigir a mira para algo, como se estivessem caçando, sendo assim possível verificar se existe algum problema neste instrumento.

As flechas que serão utilizadas na caçada passam, também, por um exame que visa atestar se estão prontas para uso. Este exame consta de aproximar um dos olhos da extremidade contrária da seta e verificar se está tudo certo. A flexibilidade é analisada pelo dono, com as mãos, e alguns chegam a mordê-las para ajustar sua forma. A seta também merece uma atenção especial, pois caso não esteja com uma ponta bem feita, o fabricante talha-a mais um pouco para chegar à forma ideal. É interessante destacar que cada seta tem uma forma própria, dada pelo seu fabricante, que é facilmente identificada pelos demais.

A espingarda foi introduzida pela FUNAI. Um dos problemas no uso desse instrumento é o fato de não poder ser produzido por eles, criando uma dependência em relação à FUNAI para obtê-lo. Isso gera uma tensão entre os *Awá* e os funcionários do Posto Indígena, devido à pequena oferta desse material, o que se agrava quando

algum se danifica. A mesma dificuldade ocorre em relação à obtenção da munição. Na aldeia Juriti existem seis armas de fogo, todas manuseadas por homens.

A preparação para a caçada com espingarda começa com a limpeza dessa arma, tanto superficialmente quanto em seu interior, sendo os reservatórios carregados antes do início da caçada. O trabalho mais complexo se dá na preparação da munição a ser utilizada, isso porque há inúmeras fases até que esteja nas condições ideais. Esta operação envolve chumbo, pólvora e fulminantes para carregar cerca de cinco cartuchos. Os cartuchos são raspados por dentro e por fora, para depois serem preenchidos com pólvora, fibras naturais, chumbo e selados com cera de abelha, resultando em uma pressão grande sobre o cartucho, que geralmente racha quando é disparado. Mesmo assim, são reutilizados várias vezes antes de serem descartados, devido ao fato de não terem um fornecimento contínuo desse material. São utilizados pelos *Awá* dois tipos de cartucho: de plástico (caros e com mais facilidade para rachar e portanto descartados com mais frequência) e de bronze (mais baratos e com vida útil maior).

Apesar de ser recente o uso das armas de fogo, os *Awá* possuem ótima destreza para manuseá-las, expressa na pontaria certa, sendo capazes de acertar um macaco que se encontra a vários metros de altura, no topo de uma árvore. São raros os acidentes decorrentes do manuseio da arma de fogo.

Duas armas distinguem-se das demais na sua forma de uso. Uma delas é partilhada pelos mais jovens da aldeia, meninos com idade em torno dos 13, 14 anos, que não possuem mulheres. A outra é um rifle, que fica no Posto Indígena, sendo empres-

tada aos *Awá* quando realizam algum tipo de fiscalização em suas terras.

Os *Awá* vão caçar munidos de outros objetos além de suas armas (espingarda e arco e flechas). Levam geralmente também facões, garrafas PET⁵ (caso recolham mel), um saco de pano com farinha para se alimentarem e uma bolsa para transportar lanterna, fósforo ou isqueiro para iluminação quando retornam para a aldeia, à noite.

Esses objetos levados para expedição são expressões das transformações que ocorreram após o contato estabelecido pela FUNAI. Antes, utilizavam objetos retirados da mata (resina que queima facilmente) ou fabricados com o uso de matéria-prima extraída das árvores (cestos feitos com folhas). Atualmente, com o crescimento da variedade de bens à sua disposição, colocase a necessidade de uma bolsa para carregar esses equipamentos.

Quando a expedição ocorre à noite ou tem previsão de durar dias, os *Awá* levam também cordas para as redes que são armadas entre as árvores. Forline (1997, p.30) descreve as expedições noturnas da seguinte forma:

Hunters must remain attentive to approaching animals or prowlers, although they occasionally doze off momentarily. It would also be difficult to fall asleep during one of these hunts as there are numbers of pests, such as mosquitoes, which keep the hunter awake and active in warding them off. It is surprising, too, that although the shotgun blasts are loud and can be heard for long distances, presumably scaring other game away, subsequent animals will appear and be slain during the course of the evening. Furthermore, in the deep forest, the dense ve-

5. Os funcionários que trabalham no P.I. costumam dar aos *awá* as garrafas PET que não utilizam mais.

getation has a muffling effect on shotgun blasts, as opposed to shots which are fired near river areas or fields⁶.

As caçadas, em geral, podem ser realizadas individualmente, mas em sua grande maioria envolvem duas ou mais pessoas, ou até famílias inteiras. As mulheres e crianças costumam acompanhar os caçadores pela mata, no ritmo forte da caminhada, colhendo frutos, fibras e outros produtos florestais, como o mel. Ao ser definido o local do *acampamento provisório*, lá permanecem as mulheres e as crianças. Os homens prosseguem a caminhada pela mata à procura de caça, em uma busca minuciosa que envolve a menor produção de ruídos possível para não espantar suas presas. Como o acampamento provisório é instalado próximo a uma área considerada como de alta possibilidade de encontrar caça, o grupo de homens divide-se em direções diferentes. Demoram cerca de três ou quatro horas e trazem, geralmente, algum tipo de caça e organizam o retorno para a aldeia antes de escurecer.

A volta ao acampamento provisório é marcada por um diálogo intenso entre eles, que geralmente relatam a caçada em seus mínimos detalhes, reproduzindo os sons emitidos durante a ação. As mulheres, enquanto aguardam o retorno dos caçadores, tecem cestos para carregar a caça ou processam as fibras que colheram na mata. As crianças maiores também fabricam esses cestos. As

demais brincam muito entre si e cuidam dos bebês, caso a mãe esteja ocupada.

Dependendo da caça trazida ao acampamento, uma das crianças maiores fica responsável por tratar o animal abatido, limpando-o e embalando-o para transportá-lo para a aldeia. Nessas ocasiões, o grupo costuma utilizar a água dos rios e córregos mais próximos para se limpar, caso tenham se sujado com o sangue da caça, ou simplesmente se refrescar, bebendo água ou tomando banho.

No retorno para a aldeia o caminho percorrido, na maioria das vezes, não é o mesmo da ida. Por esse motivo, permanecem atentos para recolher algum alimento ou material importante na floresta. Em algumas situações, a atividade de coleta retarda um pouco o retorno e o grupo é apanhado na mata pelo anoitecer. Esses são momentos privilegiados por serem marcados por intensos diálogos e tarefas que são fundamentais para a vida *Awá*. Neles podemos observar práticas de caça, fabricação de bens como cestos, modos de comunicação entre eles, dentre outras atividades que ocorrem nestes locais.

Uma forma de comunicação importante é a utilizada quando estão na mata. Emitem gritos para permitir que sejam localizados uns pelos outros, que podem expressar o nome de alguém ou, simplesmente, um som codificado para indicar a localização. Através desses sons podem situar-se uns em relação aos outros e aos locais do acam-

6. Tradução: Os Caçadores devem permanecer atentos para os animais se aproximando ou “gatunos”, embora ocasionalmente possam cochilar. Também seria difícil adormecer durante uma dessas caçadas pois há um grande número de pragas, como mosquitos, que mantêm o caçador acordado e ativo para defender-se. É surpreendente, também, que embora os tiros de espingarda sejam altos e possam ser ouvidos a grandes distâncias, provavelmente assustando a outra caça, os animais subsequentes surgem e são mortos durante o curso da noite. Além disso, nas profundezas da floresta, a vegetação densa produz um efeito de abafamento dos tiros de espingarda, ao contrário dos tiros que são disparados perto de zonas fluviais ou campos.

pamento provisório e da aldeia, de onde é possível ouvir esses gritos.

No local da caçada é decidido o que será levado para a aldeia. Quando a caça não é tratada na mata, é transportada nas costas, sendo seus pés amarrados formando uma espécie de mochila onde enfiam os braços, revesando o carregamento até a aldeia. As crianças acompanham toda a movimentação, inclusive ajudando no destrinchamento da caça, segurando partes cortadas ou levando as partes descartadas para serem despejadas no rio.

Ao chegar na aldeia, quando a caça apreendida é de grande porte, como porcão, veado ou um bando de macacos, o caçador vira o centro das atenções ao contar para os demais como foi a sua conquista. Descreve os detalhes, desde quando avistou o animal até como fez para abatê-lo. Essa narrativa provoca perguntas e risos entre os expectadores, que se empolgam bastante durante a conversa. A carne da caça fica no fogo, nas grelhas por vários dias, sendo ingerida sempre que alguém sente vontade. Costumam tomar banho no rio próximo à aldeia Juriti, logo que retornam de suas expedições.

Quando o homem sai para caçar e volta para a aldeia sem nada, permanece calado. Quando isso se repete por algumas vezes, consideram que o caçador está com *panema* (má sorte). Então costumam realizar o ritual do *karawara*⁷, responsável entre outras coisas, por tratar da *panema*.

A caçada é influenciada pelo clima na região, que possui duas estações, uma chuvosa (janeiro a julho) e outra seca (agosto a dezembro). A caça do macaco, que é a principal fonte de alimentação dos *Awá* e a

de sua preferência, ocorre com maior intensidade na estação chuvosa e a dos animais terrestres como pacas, cotias, antas, tamanduás, na estação seca. Consideram que na estação seca os macacos estão “mais magros” e os roedores e ungulados estão “mais gordos” e fáceis de caçar.

Os primatas e os mamíferos possuem uma característica reprodutiva que os torna mais sensíveis às pressões de caça e às alterações ambientais. Esses animais geralmente possuem apenas um filhote por gestação, que leva um longo tempo até chegar à fase adulta (reprodutiva). Assim, cada abate de uma fêmea no período de gestação ou lactente afeta a população animal que quase não cresce nos anos subsequentes, mantendo-se abaixo do nível populacional normal.

Segundo Siqueira (2007, p. 09):

Os animais migram de outras localidades mais distantes para próximo da aldeia, num raio de até 2 km, e então facilitam sua caça. Pode-se concluir que as áreas além de 2 km da aldeia sejam áreas fontes, e dentro de 2 km são áreas de vazão.

Os *Awá* têm noção dessa movimentação dos animais, sendo então, dotados de um conhecimento sobre o uso dos recursos da vasta área que exploram. Algumas estratégias costumavam ser utilizadas para garantir o uso sustentável dos recursos, como a caça sazonal e as migrações para outras localidades dentro da terra, permitindo que áreas já caçadas descansassem e recuperassem suas populações animais. Com a fixação em aldeias, os *Awá* têm permanecido por muito tempo no mesmo lugar, o que tem prejudicado esse rodízio.

7. Ritual através do qual os homens *Awá* se comunicam com o mundo sobrenatural (*iwa*). As penas da cabeça de uma espécie de tucano (*Ramphastos vitellinus*), chamado *uru riwijera*, em *Awá*, são um pré-requisito imprescindível para a participação no *karawara*, e por isto elas são um bem valioso.

O ato de caçar é efetivado, tradicionalmente, com o uso do arco e da flecha, fabricados por eles mesmos. Estes instrumentos possuem uma importância muito grande na cosmologia *Awá*, ultrapassando objetivos utilitaristas, como a obtenção de alimentos.

A maioria dos homens costuma passar grande parte dos dias fabricando ou consertando flechas, que são guardadas em suas casas. Quando vão caçar levam uma quantidade considerável de flechas, cerca de 40, sendo que utilizam somente duas ou três. É frequente, também, observá-los apoiados em suas flechas ou segurando-as, o que indica a importância que assumem na cultura *Awá*. Arcos e flechas são fundamentais na criação e manutenção dos *Awá* do sexo masculino, considerando os seguintes aspectos: um enorme investimento em tempo e energia feito na fabricação de flechas; a produção excessiva de flechas, que vai muito além das necessidades; as significativas relações estruturais entre as setas e temas-chave da cultura *Awá*; a íntima relação entre as setas e as pessoas, o que é perceptível nos diferentes modos como as setas são feitas, usadas e descartadas. Mesmo a caça com arco e flecha tendo perdido espaço para a caça com espingardas, os *Awá* não deixam de fabricá-los e ensinar essa prática às gerações mais novas. As crianças possuem esses instrumentos feitos pelos adultos ou, quando já dominam a confecção, por eles próprios (COELHO et al., 2009; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2011).

Um novo “brinquedo” que tem sido oferecido para as crianças é uma réplica de uma espingarda feita de madeira extraída de uma planta da mata. Ela é fabricada pelos mais velhos e expressa o quanto este bem tem ganhado força dentro desta sociedade, onde as gerações mais novas já estão

sendo preparadas para a utilização deste novo recurso para caça.

3.2 As atividades de coleta

A coleta de frutos e materiais da mata é uma das atividades produtivas mais tradicionais e importantes desse povo. Não há restrições de faixa etária ou sexo para a realização dessa atividade. A coleta pode ocorrer sem a necessidade de programação prévia, pois no decorrer da atividade de caça, por exemplo, ao caminhar pela mata, estão sempre atentos a um possível produto que seja do seu interesse.

Uma série de produtos comestíveis são recolhidos na floresta, bem como outros materiais que são utilizados como combustível e para a construção de casas, tais como folhas de palmeira e lenha. A maioria dos itens que são recolhidos não apresentam grandes obstáculos ou restrições que impeçam sua obtenção, pois não exigem grande esforço para serem recolhidos e levados para a aldeia, ou quando o caso, serem consumidos no próprio local como, por exemplo, as frutas caídas das árvores. Há cultivo de algumas frutas nos arredores da aldeia e do Posto Indígena, que tem sido realizado pela FUNAI. Essas costumam ser colhidas pelas crianças.

Há ocasiões em que as crianças, sem a presença de adultos, fazem pequenas expedições ao redor da aldeia, para colher frutos ou mel. Essas expedições também podem ter o objetivo de buscar madeira específica para a fabricação de arcos e flechas ou material que utilizam em suas brincadeiras. Nessas ocasiões, realizam a preparação da expedição, conforme fazem os adultos, provendo-se de instrumentos e alimentos para comer durante a empreitada, demonstrando bom domínio sobre como proceder na mata.

Um produto que tem sido o centro das atividades de coleta *Awá* são os diversos itens oferecidos pela palmeira babaçu que foi, no período em que perambulavam pela mata, um dos elementos centrais para a sua sobrevivência. Desde que o contato foi estabelecido, esta palmeira tem desempenhado um papel de menor importância, mas ainda oferece materiais significativos nos mais diversos planos (alimentos, fibras, combustível, isca de peixe, construção, atividades de cura e rituais).

Em algumas ocasiões, as crianças participam de expedições à mata, na companhia dos pais, para coleta, situações nas quais o pai ocupa o lugar de orientador, deixando que o filho realize as tarefas.

A coleta de mel ocorre com mais intensidade na estação seca. É uma atividade que pode ser praticada por homens, mulheres e crianças, sendo que a ação que requer maior esforço físico cabe aos homens adultos. Essa parte se efetiva com a derrubada, por um machado, da árvore com a colmeia. Em alguns casos, tal empreendimento não obtém sucesso, quando, por exemplo, há urticária nas árvores, ou não há mel e, ainda, quando o ninho escolhido era de abelhas com ácido e / ou mel intragáveis. Se as abelhas são mais agressivas, os *Awá* tentam, através da fumaça produzida pelo fogo, afastá-las. Quando se espalham, rapidamente derrubam a árvore e correm para recolher o mel. O produto recolhido, quando não é consumido no próprio local, acaba sendo armazenado em recipientes e levado para a aldeia. Estes recipientes podem ser industriais, como painéis, potes de plástico ou garrafas PET, como também podem ser artesanais, fa-

bricados com diferentes folhas de árvores encontradas na região⁸.

3.3 (Re) Aprendendo a cultivar

Segundo Clastres (2004, p. 65-66), as culturas de caçadores são, na América do Sul, completamente minoritárias, conforme apontam os estudos arqueológicos e etnobotânicos que defendem a teoria de que:

A ausência de agricultura resulta entre eles (povos caçadores) não da persistência, através do tempo, de um modo de vida pré-agrícola, mas sim de uma perda: os Guayaki do Paraguai, os Siriono da Bolívia praticavam, como seus vizinhos, a agricultura à base de queimadas, mas, devido a circunstâncias históricas diversas, abandonaram-na, em épocas mais ou menos antigas, e voltaram a ser caçadores-coletores. Em outras palavras, em vez de uma infinita variedade de culturas, observa-se antes um enorme bloco homogêneo de sociedades com um modo de produção semelhante.

A hipótese mais recorrente nos trabalhos sobre os *Awá* considera que eles possivelmente adotaram o modo de vida de caça e coleta como alternativa para escapar da pressão dos colonizadores que avançavam sobre seu possível território de origem, no estado do Pará. (Gomes, 1988; Balée, 1994). Sendo assim, esse provável movimento inicial configuraria o primeiro processo de *territorialização* (Oliveira, 1999) que nos foi possível identificar, que os obrigou a uma redefinição das relações sociais, das estratégias produtivas e da cosmologia.

A introdução da prática da agricultura é uma das características que mais expres-

8. Objetos cônicos construídos com folhas sobrepostas.

sam o atual processo de *territorialização* vivenciado pelos *awá*. A prática agrícola foi resgatada⁹ pela FUNAI, por ocasião dos primeiros contatos, nos anos 1970, e tem se tornado uma das principais fontes de alimentação dos *Awá*, principalmente o cultivo da mandioca. Esta atividade envolve homens, praticamente todos da aldeia, mulheres e crianças, sendo que esses últimos têm uma participação mais coadjuvante. A FUNAI ensinou-lhes a agricultura itinerante, que consiste em alternar a área de plantio, de modo a permitir que uma área, depois de utilizada, recupere seus nutrientes para permitir novo plantio. Esse tipo de agricultura requer um grande volume de trabalho que perdura o ano inteiro. As atividades de preparação da terra incluem etapas que começam com a limpeza da vegetação rasteira dos futuros campos agrícolas, o corte das árvores, a capinagem, a queima do que foi cortado, o plantio e a colheita.

Os *Awá* do posto Juriti estabelecem suas roças em locais próximos à aldeia, que são determinados pelos agentes da FUNAI, que os ajudam a delimitar o perímetro dos cultivos e orientam como plantar, além de doar os instrumentos utilizados para essas práticas, como facões, pás e enxadas.

Quando os campos são formados em florestas virgens, é necessário um investimento maior de esforço, que pode durar meses para se alcançar o objetivo, dependendo do tamanho da terra que será reservada para a prática agrícola, além do ritmo de trabalho e da motivação do grupo. Esse grupo de trabalho é geralmente organizado

pelos funcionários da FUNAI, que tentam envolver a maioria dos homens da aldeia. Como há resistência dos *Awá* em realizar essa tarefa, este órgão costuma contratar mão de obra de fora para ajudar no trabalho de preparação da terra e na colheita.

Quando a terra já foi utilizada anteriormente, o trabalho torna-se mais fácil, mas mesmo assim dura algumas semanas. Ao capinarem o terreno vão formando pilhas de detritos espalhadas pelo campo, que são queimadas pelo fogo que se espalha rapidamente, produzindo uma fumaça muito intensa, que se avista da aldeia. Nesse momento, os *Awá* se afastam e observam de longe o fogo, pois este pode mudar de direção, além de gerar um calor muito intenso no local. Após a queimada, esses trabalhadores retornam para o campo, nos dias seguintes, e iniciam um procedimento que é utilizado por muitos agricultores da região para completar o ciclo de queimada. Nesta etapa, há a retirada do que não foi queimado, formando novas pilhas que entram novamente em combustão induzida. O material orgânico que resiste, eventualmente, é deixado para se decompor por processos naturais.

Com a terra preparada, começa o plantio, antes que se inicie o período de chuvas torrenciais. A mandioca é o principal produto cultivado pelos *Awá* e a plantação se dá com o corte de hastes do caule da planta, com cerca de 20 a 30 cm, nas roças já existentes, sendo selecionadas, cortadas e transportadas, em conjunto, para serem plantadas no terreno recém-limpo. Tanto a mandioca brava quanto a doce¹⁰ são

9. Gomes e Meireilles (2002) afirmam que os *Awá* eram agricultores há cerca de 300 anos.

10. A mandioca doce e a brava diferem, principalmente, pela quantidade de ácido cianídrico. A mandioca doce pode ser consumida cozida ou assada, enquanto que a brava passa por um processo de redução da quantidade de ácido e é matéria prima da farinha.

selecionadas para plantar no novo campo. Estas variedades são geralmente cultivadas em locais separados.

O plantio da mandioca é feito com as enxadas e pás que permitem a abertura de buracos rasos, de aproximadamente 15 centímetros. Enquanto um grupo abre as pequenas covas, outros, com a ajuda das crianças, colocam duas ou três das hastes dos caules da mandioca, previamente separadas, no seu interior. Em seguida, os buracos são cobertos com terra, formando um grande número de pequenos montes em todo o terreno reservado para a roça.

Na aldeia Juriti, os Awá também cultivam outros produtos, como arroz, abóbora, mamão, milho, quiabo, batata doce e inhame. Esses alimentos são plantados em meio à roça que foi preparada para mandioca (o que não prejudica sua evolução) ou em outras roças de menor tamanho, ao redor da aldeia. São produtos de crescimento rápido, sendo colhidos antes de a mandioca amadurecer, pois esta pode levar cerca de um ano para estar pronta para consumo.

A colheita é realizada tanto por homens quanto por mulheres e crianças, dependendo do produto, pois no caso da mandioca brava, que é recolhida para fazer farinha, os homens atuam com maior regularidade, já que esta atividade requer maior esforço. A colheita da mandioca pode ser feita individualmente, mas é frequentemente realizada por equipes de trabalho.

3.4 Investindo na Pesca

A atividade de pesca vem ganhando cada vez mais destaque na vida dos Awá, princi-

palmente após sua fixação em aldeias. Forline (1997, p.138) sustenta a tese que:

Before the Guajá were contacted they were located away from major river courses, near small streams and in headwater locations. This permitted them limited access to riverine resources and they reported to me that most of their fishing was done with bow and arrow¹¹.

No período de sua pesquisa, Forline (1997) identificou, entre os Awá que vivem próximos aos outros Postos Indígenas, tipos de pesca que não são praticados no Posto Juriti, como a pesca que utiliza veneno vegetal para atordoá-los, facilitando a sua captura ou a pesca com tarrafa. Apesar de existir este instrumento no Posto Juriti, ele é utilizado somente pelos funcionários do local, que também pescam. A pesca é uma atividade que envolve, em sua maioria, mulheres, o que não significa que os homens não a pratiquem, mas dão prioridade às atividades de caça e agricultura. A pesca é um recurso utilizado pelos homens, principalmente quando não conseguem obter bons resultados na caça. As crianças, além de acompanharem seus pais nas pescarias, por vezes também realizam, autonomamente, esta atividade. Quando acompanham os adultos, as crianças atuam como uma espécie de auxiliar, realizando tarefas que otimizam a pescaria dos adultos, seja ocupando-se das crianças mais novas, seja armazenando os peixes capturados. Estes são armazenados em cestos ou presos a um cipó recolhido da mata, o que é mais recorrente. Essa prática é realizada por todos que pescam.

11. Antes dos Guajá serem contatados estavam localizados longe dos cursos dos rios principais, perto de pequenos córregos e em locais de cabeceira. Isto permitiu-lhes o acesso limitado a recursos ribeirinhos e informaram-me que a maioria de sua pesca era feita com arco e flecha.(Tradução nossa)

A pesca pode ocorrer por duas vias: a terrestre, quando ficam parados (em pé ou sentados) nas margens dos rios, ou a aquática, com a utilização da canoa para se deslocar às partes do rio de difícil acesso. O material utilizado nessa atividade envolve instrumentos, tanto tradicionais, como arco e flecha, quanto material advindo de doações da FUNAI, como chumbo, linha e anzol. A linha fornecida para pesca é de nylon e sempre disponível para os *Awá* porque o custo desses bens é menor, além de durarem mais tempo, já que eles não vão utilizá-las com a mesma frequência que as munições.

O chumbo é distribuído em pequenos blocos, que são amassados pelos *Awá* com uma pedra ou algum instrumento que tenham à mão, como o lado sem corte de um facão, até ficarem achatados. Em seguida, são dobrados em torno da linha de pesca, poucos centímetros acima do gancho. Esse chumbo serve para fazer com que o anzol permaneça embaixo d'água e não flutue.

A pesca nas margens dos rios é empreendida nos arredores da aldeia, mas por vezes também ocorre em locais mais afastados. Neste caso, o deslocamento se dá através de canoa ou em expedições pela mata até o local escolhido para realização dessa prática.

Tanto a linha de pesca como os anzóis podem se perder ou ficar danificados quando eventualmente se enroscam em galhos de árvores caídas. Podem, ainda, ser cortadas pelas mordidas de piranhas grandes. Quando se prendem a galhos, ainda há a possibilidade de recuperação da linha com o auxílio de pedaços de madeira como alavanca ou com a entrada no rio para desenroscá-la.

Quando a canoa é utilizada para pesca, dificilmente trata-se de uma pesca individual, já que é necessário que uma pessoa reme para movimentar a embarcação até o

local escolhido para a pescaria, enquanto outra ou outras observam a movimentação dos peixes no rio. O remador geralmente fica na parte de trás da canoa enquanto que os demais se distribuem entre o meio e a ponta da embarcação. Aquele que se localiza na ponta, geralmente está munido de arco e flecha, preparado para acertar os peixes que passam por perto. Quem se localiza no meio da embarcação, geralmente está munido da linha com o chumbo e o anzol. A isca mais utilizada é a massa da mandioca triturada para fazer a farinha. Dela fazem pequenas bolinhas que são encaixadas no anzol.

Outra técnica utilizada pelos *Awá* é a pesca com arco e flecha, sendo essa a mais tradicional. Este tipo de pesca é realizado a partir das margens dos rios, ou, nos dias atuais como já citei, em canoas. Ocorre com menor incidência do que a pesca que utiliza linhas, anzóis e pedaços de chumbo. Este último método foi introduzido pela FUNAI e foi prontamente aprovado pelos *Awá*, por ser mais fácil de ser praticado e levar pouco tempo para produzir bons resultados.

Outro tipo de pesca que também implica na utilização da canoa, não requer a presença permanente do pescador. Este amarra, na vegetação que avança pelas margens do rio, uma linha com chumbo, anzol e isca, que fica imersa na água e, no dia seguinte é verificado se houve algum peixe capturado e, caso haja, é recolhido. O material utilizado é o mesmo das demais pescarias, só que acrescentam uma vara à linha chumbada com anzol e isca. Esta vara é feita de pedaço de madeira recolhido na mata. Em alguns casos, a superfície da madeira é raspada com uma faca. Apesar dessa modalidade de pesca nas margens dos rios requerer que permaneçam parados esperando que o peixe seja fisgado, ficam no local

apenas se houver resultados de curto prazo, caso contrário, se deslocam para outro local para dar continuidade à pescaria.

O tipo mais comum dos peixes capturados dessa maneira é a enguia elétrica (*merakê*). Esta atividade é realizada na parte da manhã ou no fim da tarde, quando os peixes vêm à superfície para se alimentar. Ao ser capturado, este peixe dificilmente consegue fugir e é facilmente localizado pelos *Awá* devido ao seu comprimento longo.

Interessante, também, é o fato dos *Awá* terem um cuidado muito grande ao flechar uma enguia elétrica e puxá-la para cima das margens do rio sem tocá-la, pois caso tenham algum contato com esse peixe, podem levar um choque. Seguram a flecha que contém a enguia capturada e com uma madeira batem na enguia até à morte, para depois lidar com ela.

4 (Re) organizando a vida em grupos

Os *Awá* que vivem na aldeia Juriti foram contatados em diferentes momentos e, provavelmente, estavam ligados a diferentes *patrigrupos*. O'Dwyer (2010) salienta que os grupos são nominados por um dos homens adultos. Argumenta que:

Esta lógica em seguir um sistema de nomeação e divisão em grupos presente na própria prática indigenista parece estar teoricamente orientada pela patrisegmentação dos Tupi-Guarani, como no caso dos índios parakanã (O'Dwyer, 2010, p. 396).

As quarenta pessoas que vivem na aldeia Juriti distribuem-se em 10 casas, sendo sete localizadas próximas uma das ou-

tras, onde vivem os grupos contatados em 1989. Outras duas casas estão em pontos diferentes, um pouco afastadas da aldeia, onde habitam as famílias que chegaram em 1991 e 1998.

Aqueles que vivem nos moldes que aqui denominamos mais tradicionais, como a família de *Takãrentxiá*, são designados pelos demais como *Awá-mihúe* (*outsiders*). Essa classificação parece basear-se no critério de adaptação ao modo de vida da aldeia e de estabelecimento de laços de parentesco por afinidade. A família de *Kamará*, contatada após a de *Takãrentxiá*, adaptou-se às transformações e ao atual ritmo de vida na aldeia, construiu laço de parentesco através do casamento de uma das filhas com *Piraima'a*, do grupo de 1989, e é reconhecida como *Awá-te* (*estabelecidos*).

A distribuição das casas no espaço indica a relação que mantêm entre si os vários membros da aldeia. Com exceção de *Piraima'a*, que é frequentador assíduo da aldeia, as famílias que possuem suas casas mais afastadas deste local pouco o frequentam, não compartilhando a alimentação que é nele preparada, além de não participarem em todos rituais *karawár* que ocorrem na aldeia, onde a *takaia*¹² é montada.

O novo cotidiano tem alterado as práticas corporais. Com a agricultura e a pesca ganhando espaço como atividades centrais para a reprodução desse povo, novas dinâmicas se colocam na preparação do corpo *Awá*. Os mais jovens vivenciam com mais facilidade a adaptação das práticas corporais relacionadas à agricultura. Quanto aos mais velhos, são vítimas de constantes dores musculares, que os levam a buscar ajuda no Posto de Saúde.

12. Pequena cabana construída de forma cônica, com folhas de palmeiras, onde se realiza o *karawara*.

Na cosmologia Awá um aspecto reflete essa dinâmica de articulação entre o novo e o tradicional. *Oiwa*, que é traduzido por Cormier (2003) como uma espécie de “céu”, representa para os *Awá* uma ligação entre o plano terrestre e esse outro plano, que poderíamos denominar sobrenatural, marcada por uma troca de informações, onde objetos que até pouco tempo eram alheios ao cotidiano *Awá* passam a fazer parte do seu mundo mítico. A espingarda é um exemplo, pois até bem pouco tempo não fazia parte de seu dia a dia e, atualmente é considerada necessária à sua sobrevivência. O *iwa* pode ser visitado pelos homens de três maneiras: no sonho, na morte e através do ritual *karawár*, no qual os homens, em um estado de sonolência mais que de transe, afirmam visitar seus ancestrais mortos e as outras formas dos que estão vivos (CORMIER, 2003, 101).

Os *Awá* acreditam que através desse ritual estarão protegidos contra os mais diversos problemas que possam enfrentar, como “doença, acidente, falta de sorte ou ficar com ‘panema’” (O'DWYER, 2002, p. 98).

Os homens *Awá* entram individualmente na *takaia* e neste local continuam cantando, batendo os pés no chão fortemente, até se transportarem para o *iwa*. Quando penetram o outro plano, lá se encontram com os seus antepassados e outras entidades espirituais. Eles interagem com estas entidades e efetuam um “câmbio” de espíritos para retornar à terra. Ao retornarem, os homens descem «incorporados» e dançam em direção às suas mulheres e outros familiares. Dialogam com elas através do canto e sopram sobre seus familiares.

O *iwa* representa o mundo idealizado dos *Awá* e nele são encontrados os objetos do mundo ocidental que os *Awá* incorporaram através da FUNAI ou do contato com os invasores de suas terras. O povo *Awá* constrói sua realidade e seus meios de reprodução, resignificando objetos e práticas do mundo ocidental, sendo os relatos da viagem ao outro plano, através do ritual do *karawara*, um indicativo do modo como conseguem se adaptar às transformações que ocorrem ao longo da sua história.

Como situaram Albert e Ramos (2002, p. 15):

Nenhuma sociedade, desde que consiga sobreviver, pode deixar de capturar e transfigurar em seus próprios termos culturais tudo que lhe é proposto ou imposto, até nas mais extremas condições de violência e sujeição, independentemente de qualquer confronto político (guerra, rebelião ou protesto).

Essa tem sido a dinâmica *Awá*. Transfigurar em seus próprios termos o que lhe tem sido proposto e imposto.

5 Considerações finais

Os *Awá* vivenciam um modelo *civilizador*¹³ (LANDER, 2005) que sobre eles se abate, desconsiderando seus saberes, subalternizando-os aos ditames do “desenvolvimento”. Os processos de *territorialização* (OLIVEIRA, 1999) que enfrentam são expressões dessas estratégias de *colonialidade do poder* (LANDER, 2005). Ao terem que adotar um modo de vida nômade, há mais de 300 anos, e ao serem forçados à seden-

13. Lander (2005) afirma que o neoliberalismo deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida.

tarização, atualmente, necessitam construir novas formas de reprodução como povo, construir novos processos de *socialização*.

Em seu novo cotidiano, esse povo busca reproduzir a estrutura territorial que construíram nos tempos de perambulação, quando cada grupo *Awá* reconhecia como própria uma parte do território que compartilhavam denominado *harakwa* (meu território) em contraposição ao *hakwa* (território do outro). Atualmente, chamam de *harakwa* a aldeia onde foram fixados pela FUNAI, assim como as rotas de caça e coleta.

A nova concepção de território imposta aos *Awá* está associada a uma concepção de limites de suas terras, dos quais deveriam assumir o papel de “fiscais”, considerando invasores todos aqueles que exploram suas riquezas, e a quem devem combater.

Alguns deles, sobretudo os jovens, vivenciam grande atração pelos bens introduzidos pelo contato. Nesses casos, os novos instrumentos passam a ser valorizados, como ocorre, especialmente, em relação à espingarda, sem que abandonem a fabricação de seus arcos e suas flechas, mesmo utilizando-os mais raramente.

O novo processo de *territorialização* implicou, também, em novo arranjo social decorrente do processo de *aldeamento*, que reuniu diferentes grupos em um mesmo local. Essa prática da FUNAI não só impôs um modo de vida mais sedentário, mas obrigou-os a estabelecer um tipo de convívio intergrupos, ainda em construção. De certa forma, temos aí uma retomada do modelo colonial de *aldeamento*, com a particularidade de não misturar diferentes povos, mas grupos de um mesmo povo. Antes, a relação entre os diferentes grupos era esporádica, o que implicava na construção de hábitos diferenciados e identidades específicas.

A estratégia de *aldeamento* não só reuniu grupos distintos, como separou pessoas de um mesmo grupo. Aldear diferentes grupos *Awá* em um só lugar pode ser lido como uma estratégia de *colonialidade do poder*, uma forma de conduzi-los à sedentarização, à revelia de seu nomadismo secular.

Os *Awá*, em certo sentido, não tiveram escolha, acoitados que se encontravam pelas invasões em seu território, que os expunha ao risco de morte. Mesmo assim, alguns resisitiram e ainda perambulam pelas matas, a despeito das ameaças que os cercam.

Os *aldeados* procuram domesticar as novidades que se colocaram em suas vidas. A prática da agricultura tem implicado em novo condicionamento corporal e uma adaptação ao trabalho sob o sol. Muitos ainda resistem a essa prática, outros, especialmente os mais jovens, conseguiram adaptar-se mais rapidamente às novas práticas corporais, justamente por seus corpos não terem sido moldados exclusivamente pelo *habitus* caçador.

São muitas as novidades e os *Awá* vão buscando domesticá-las. São novas formas de casa, roupas industrializadas e outros bens como sabão, pilhas, fósforos, sal, lanterna, etc., que significam, também, novas formas de dependência em relação à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BALÉE, W.L. O povo da Capoeira Velha. Caçadores-coletores das terras Baixas da América do Sul. In: *Conferência Amazônica da Fundação Memorial da América Latina*, 1992.
- BALÉE, W. *Footprints of the Forest. Ka'apor Ethnobotany: the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. Columbia University Press, New York, 1994.
- BEGHIN, Francois-Xavier. Relation du premier contact avec les indiens Guajá. In: *Journal de la Société des Americanistes*. Tome 46, 1957.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Editora Cosac & Naify: 2004. Disponível em: [http://www.marcoareliosc.com.br/Pierre%20Clastres%20-0Arqueologia %2 Oda%20 viol% C3%Aancia%20-%20antropologia%20 politica.pdf](http://www.marcoareliosc.com.br/Pierre%20Clastres%20-0Arqueologia%20Oda%20viol%C3%Aancia%20-%20antropologia%20politica.pdf). Acesso em: 20 jan. 2010.
- COELHO, Elizabeth; POLITIS, Gustavo. HERNANDO, Almudena; RUIBAL, Alfredo. Género y poder entre los Awá (Maranhão-Brasil). Utilidad de la etnoarqueología para una reflexión sobre las representaciones del pasado. *Periódico: Arenalvol* 15 n° 1 enero-junio 2008 Editora: Universidade de Granada/ Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais/Instituto de La Mujer.
- COELHO, Elizabeth; POLITIS, Gustavo; HERNANDO, Almudena; RUIBAL, Alfredo. Os Awá-Guajá e o Processo de Sedentarização. In: FERRETI, Sérgio Figueiredo. e RAMALHO, José Ricardo. *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade*. São Luís: Edufma, 2009.
- CORMIER, L. *Kinshipwith Monkeys: The Guajá for a gersof Eastern Amazônia*. New York: Columbia University Press, 2003.
- DODT, Gustavo. *Descrição dos Rios Parnahyba e Gurupy*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- FORLINE, L. C. *The persistence and cultural transformation of the Guajá indians: foragers of Maranhão State, Brazil*. Dissertação, University of Florida, 1997.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GOMES, Mércio Pereira. *O povo Guajá e as condições reais para a sua sobrevivência: Reflexões e Propostas*. Não publicado: 1989.
- GOMES, M. *Os índios e o Brasil*. Editora Vozes, Petrópolis, 1988.
- GOMES, M. *O Índio na História: O povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES Mércio Pereira & MEIRELLES José Carlos. *Relatório Awá-Guajá-2002*. Para a constituição de um novo Programa de Proteção, Assistência e Consolidação Étnica do Povo Awá, do Estado do Maranhão. Apresentado a Fundação Nacional do Índio, Companhia Vale do Rio Doce e Secretaria da Amazônia do Ministério de Meio Ambiente. Petrópolis, 2002b.
- LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Organizador: Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Laudo Antropológico Área Indígena Awá*. 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão Processo nº 95.0000353-8. Ação Ordinária/Imóveis. Inédito. 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Processos de territorialização e conflitos sociais no uso dos recursos ambientais pelo povo Awá-Guajá em área da antiga Reserva Florestal do Gurupi. In: ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (organizadores). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2010.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

SIQUEIRA, Maxmiliano Lincoln Soares. **Relatório do Projeto Awá: Implicações da introdução da agricultura na identidade e na cultura material de um grupo de caçadores-coletores: estudo da identidade, uso dos recursos e percepção do espaço entre os Awá-Guajá -Maranhão, Brasil**. São Luís: 2007.

TREECE. **Bound in Misery and Iron: the impact of the Grande Carajas Programme on the Indians of Brazil**. Survival International, London. 1987

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

NOTA SOBRE A AUTORA

Elizabeth Maria Beserra Coelho possui doutorado em Sociologia (1999) e mestrado em Antropologia Social (1989). Professora associado IV da Universidade Federal do Maranhão, atuando no Departamento de Sociologia e Antropologia. Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas indigenistas de saúde, terra e educação, relações interétnicas e etnologia indígena. É autora dos livros: *Cultura e Sobrevivência dos Índios no Maranhão* (1987), *A Política Indigenista no Maranhão Provincial* (1999), *Territórios em Confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão* 2002, *Estado multicultural e políticas indigenistas*, 2008.

Recebido em: 16.11.12

Aprovado em: 21.12.12